

Desregulamentação financeira no Brasil: hegemonia institucionalizada do capital financeiro (1995 - 2010)



Aluna: Ana Paula Guidolin, apguidolin@gmail.com
Orientadora: Adriana Nunes Ferreira, adrinf@gmail.com
Capital financeiro; Desregulamentação financeira; Política pública.



Motivação

O objetivo desse trabalho é ressaltar a importância das decisões públicas de política econômica para o avanço do capital financeiro. O processo de "hegemonia institucionalizada" aqui proposto revela a primeira hipótese, a saber, o movimento do capital não se dá num vácuo institucional e requer postura política ativa. É justamente esse aparato institucional que se busca mapear no período de 1995 a 2010, quando os governos FHC e Lula mantiveram políticas alinhadas no que diz respeito às concessões ao avanço do capital financeiro. Como propõe Braga (2007), o capital financeiro é colocado como central ao ditar uma nova lógica sistêmica em torno de sua valorização. Essa nova dinâmica estrutural influencia a estratégia de todos agentes privados, inclusive o capital produtivo, além de condicionar a operação das finanças e gastos públicos, modificando a prática macroeconômica.

Metodologia

As medidas de desregulamentação financeira aqui consideradas são compostas por dois grandes eixos de abertura: flexibilização da entrada e saída de investidores estrangeiros, principalmente em portfólio, e adequação do marco regulatório doméstico ao modelo contemporâneo de financiamento internacional ancorado na emissão de *securities*, em especial de títulos.



Conclusões

Como demonstrado no Quadro 1, apesar de serem portadores de diferentes orientações ideológicas, FHC e Lula não diferiram substancialmente no que diz respeito às concessões ao avanço do capital financeiro. Para surpresa de seus apoiadores, Lula, especialmente em seu primeiro mandato, ampliou o processo de liberalização defendido e colocado por FHC. Tal postura foi possível pela conjuntura externa favorável, até a crise de 2009, que possibilitou a conciliação de interesses divergentes.

Referência Bibliográfica

FREITAS, M. e PRATES, D. (2016). A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. *Economia e Sociedade*, 10(2):81-111.
CARCANHOLO, M. (2003). Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico*, 1:103-131.
BRAGA, J. (2007). Qual conceito de financeirização compreende o capitalismo contemporâneo. *A grande crise capitalista global*.

Resultados

Quadro 1: Comparação por mandato dos governos de FHC e Lula em relação à desregulamentação financeira (1995 - 2010)

Eixo da abertura	FHC (1995 - 2002)	Lula (2003 - 2010)
IEP (investimentos estrangeiros de portfólio)	<p>Exposição de motivos n. 311: estabelecimento de que era do interesse do país permitir a entrada e/ou a ampliação da participação estrangeira no sistema financeiro nacional, o que representou a revogação das restrições de acesso do capital estrangeiro ao Sistema Financeiro Nacional</p> <p>Resolução n. 2.689/2000: extinção de diferentes modalidades de aplicação mediante o mercado de câmbio comercial e instituiu uma nova modalidade de investimento no mercado financeiro, pela qual os investidores não residentes têm acesso às mesmas aplicações disponíveis aos investidores residentes</p>	<p>Resolução 3.265/2005: unificação dos mercados cambiais diminuindo a capacidade da autoridade monetária de monitorar os fluxos de capitais; já a extinção das contas CC-5 eliminou os limites para que pessoas físicas e jurídicas convertessem reais em dólares, facilitando sua remessa para o exterior</p> <p>Resolução nº 3.266/2005: ampliação dos prazos de retenção de dólares no exterior pelos exportadores, abrindo espaço para cálculos especulativos em relação à entrada de dólares no país</p>
Emissão de títulos no exterior	<p>Resolução n. 2.770/2000: revogação de 237 normativos que disciplinavam as operações de emissão de títulos de renda fixa no exterior</p>	<p>MP n. 281/2006: concessão de incentivos fiscais aos investidores estrangeiros para a aquisição de títulos da dívida pública interna, aprofundando a conexão entre a dinâmica da entrada de recursos externos e a do crescimento da dívida pública</p>

Fonte: Elaboração própria